

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Abril/2018 (Dados de fevereiro/2018)



Desempenho Fiscal

União registra deficit primário de R\$ 19,6 bilhões em fevereiro, embora no ano o resultado acumulado seja superavitário em R\$ 16,6 bilhões. No âmbito do governo central, projeções de mercado apontam para deficit de R\$ 139,1 bilhões em 2018, inferior à meta de deficit anual, fixada em R\$ 159,0 bilhões. Resultados fiscais deficitários persistentes, contudo, impõem risco de descontrole do endividamento.

A. RESULTADO PRIMÁRIO

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		META LDO		DIFERENÇA (B)-(A)
	EM FEVEREIRO	ATÉ FEVEREIRO (A)	ORIGINAL	ALTERADA (B)	
Setor Público Consolidado	-17,4	29,5	-131,3	-161,3	-190,8
União	-19,6	16,6	-132,5	-162,5	-179,1
Governo Central	-19,0	17,5	-129,0	-159,0	-176,5
Empresas Estatais Federais	-0,6	-1,0	-3,5	-3,5	-2,5
Estados e Municípios	2,2	13,0	1,2	1,2	-11,8

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.473/2017 (LDO 2018), atualizada pela Lei 13.480/2017.

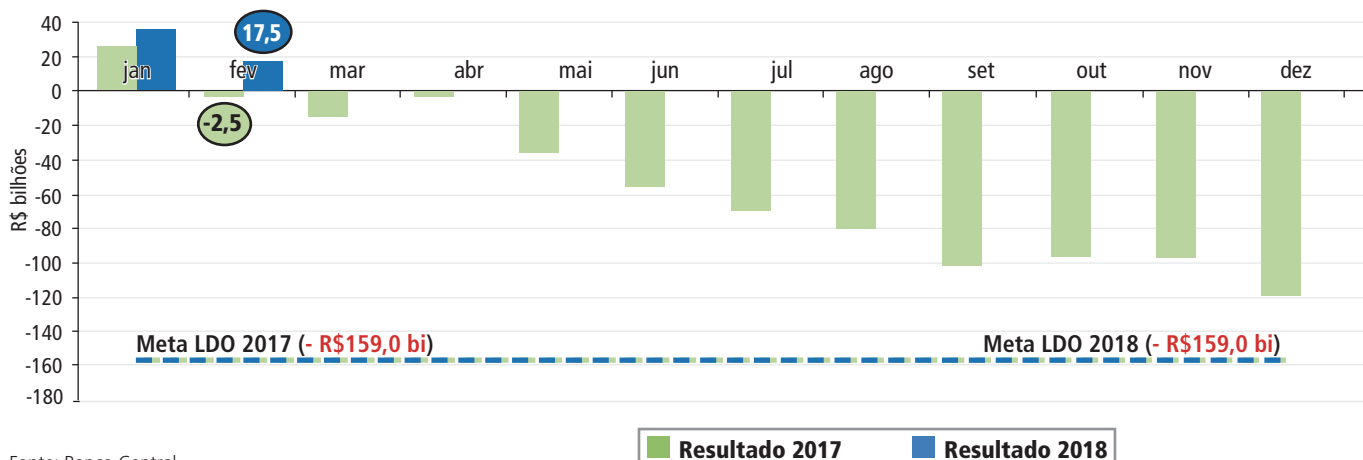
O resultado primário da União em fevereiro de 2018 foi deficitário em R\$ 19,6 bilhões. No ano, o resultado acumulado é superavitário em R\$ 16,6 bilhões. Entre os componentes do resultado, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que registrou deficit de R\$ 28,9 bilhões até fevereiro.

Para o ano, a mediana das projeções de mercado, informada pelo Prisma Fiscal de março de 2018, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, aponta para deficit de R\$ 139,1 bilhões no âmbito do governo central, contra meta de deficit anual de R\$ 159,0 bilhões, fixada na LDO para 2018.

Em que pese o indicativo de cumprimento da meta anual, deficits primários elevados e persistentes impõem risco de descontrole do endividamento. Para que a dívida federal bruta fosse estabilizada, por exemplo, no patamar de 70,3% do PIB (apurado ao final de 2017), o resultado primário acumulado em 2018 não poderia ser inferior a 0% do PIB (consideradas as projeções de mercado para juros, inflação e crescimento do PIB constantes do Relatório Focus de 29/03/2018, do Banco Central do Brasil). A meta de resultado primário do governo central para 2018, entretanto, equivale a deficit de 2,2% do PIB.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2017-2018)

Resultado primário acumulado do ano (2017 - 2018)



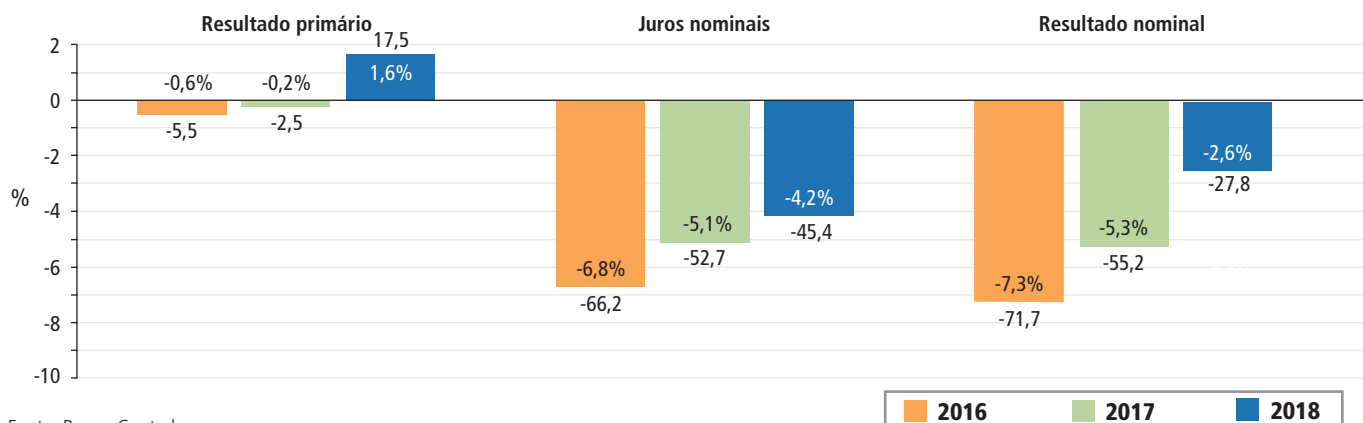
Fonte: Banco Central.

Em fevereiro de 2018, o governo central apresentou deficit primário de R\$ 19,0 bilhões, contra deficit de R\$ 28,8 bilhões verificados no mesmo período de 2017.

No ano, o resultado acumulado é superavitário em R\$ 17,5 bilhões, ante deficit de R\$ 2,5 bilhões apurado em igual período do ano anterior.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2016-2018)

Resultados fiscais do governo central — Até Fevereiro (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central.

O resultado nominal do governo central até fevereiro de 2018 foi deficitário em R\$ 27,8 bilhões (-2,6% do PIB), praticamente a metade do deficit acumulado no mesmo período de 2017, que havia alcançado R\$ 55,2 bilhões (-5,3% do PIB).

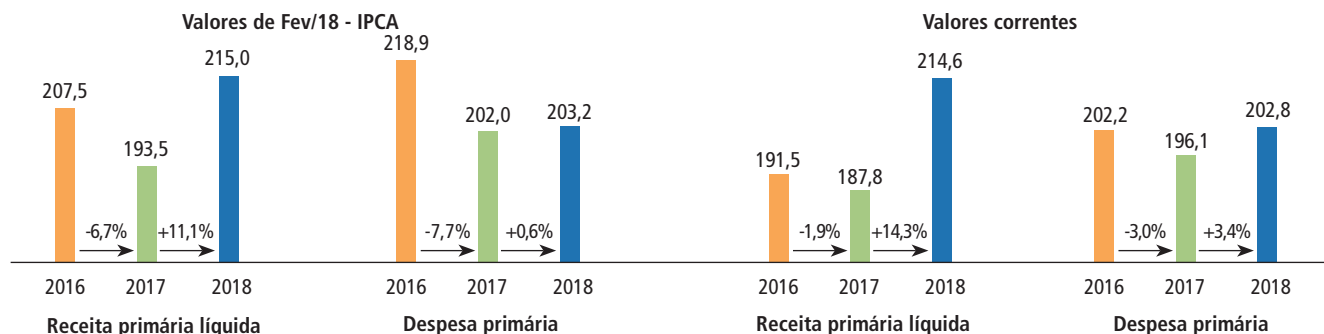
Além da melhoria do desempenho primário acumulado até fevereiro, também contribuíram para esse resultado as sucessivas reduções de meta da taxa básica de juros,

promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que de janeiro de 2017 até março de 2018 foi reduzida de 13,75% a.a. para 6,5% a.a.

Nada obstante, a persistência de déficits primários anuais, tal como programado para o exercício 2018, associada a despesas líquidas com juros, concorrem para a formação de uma trajetória de crescimento da dívida, tal como demonstrado no item F deste relatório.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Até Fevereiro (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

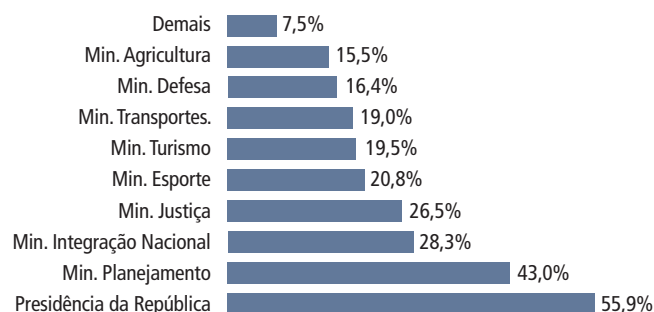
A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou aumento real de 11,1% até fevereiro de 2018, relativamente ao mesmo período de 2017. A despesa primária, por outro lado, teve crescimento real de apenas 0,6%.

O principal componente da receita primária, constituído pelas receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), alcançou R\$ 177,5 bilhões, apresentando aumento real de 12,0% em 2018, comparativamente a 2017 (R\$ 158,4 bilhões).

Os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram o aumento de R\$ 7,0 bilhões na Cofins e R\$ 1,7 bilhão no PIS/Pasep em relação ao mesmo período do ano passado decorrente do efeito combinado no reajuste de alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis. Também houve elevação de R\$ 3,0 bilhões na arrecadação do imposto de renda, sendo R\$ 1,7 bilhão no IRPJ e R\$ 2,1 bilhões no IRRF. Destaca-se o aumento de R\$ 2,2 bilhões na arrecadação do IPI, influenciado principalmente pelo crescimento de 5,1% na produção. O crescimento dessas receitas aponta para a retomada da atividade econômica.

E. CONTINGENCIAMENTO

Contingenciamento por Órgão (% da dotação atual)



Fonte: Siga Brasil e Decreto nº 9.323/18. As dotações autorizadas das UOs constantes dos Órgãos 71000, 73000 e 74000 foram incluídas nas dotações atuais dos órgãos responsáveis por sua supervisão, em razão de os decretos de limitação de empenho não discriminarem mais esses três órgãos.

Contingenciamento por Órgão (R\$ bilhões)



Findo o 1º bimestre, foram reavaliadas as estimativas das receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas primárias e a realização das despesas primárias até o mês de fevereiro de 2018. As atuais projeções das receitas primárias federais previstas indicam um aumento, no valor de R\$ 2,3 bilhões, em relação à avaliação de fevereiro. A receita administrada pela RFB, exceto a arrecadação líquida para o RGPS, apresentou estimativa acima da observada na referida avaliação.

ção, em R\$ 13,1 bilhões, em função, principalmente, do arrecadado até fevereiro de 2018.

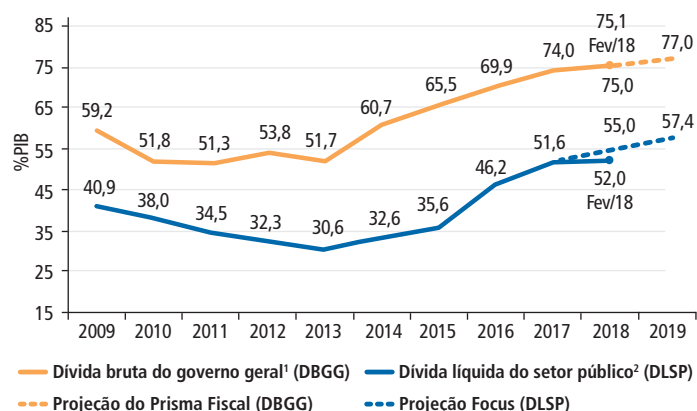
Já a estimativa da arrecadação líquida para o RGPS apresentou decréscimo de R\$ 7,5 bilhões. As projeções das receitas não administradas pela RFB, por sua vez, apresentaram aumento na previsão de arrecadação em R\$ 3,3 bilhões.

As projeções das despesas primárias obrigatórias apresentaram aumento de R\$ 2,7 bilhões em relação à avaliação de fevereiro. As maiores variações observadas foram nas estimativas do ressarcimento ao RGPS pela desoneração da folha e do impacto primário das operações de financiamento no âmbito do FIES, que apresentaram aumento. No outro sentido, destaca-se a redução nas estimativas das despesas obrigatórias com controle de fluxo, entre outros ajustes.

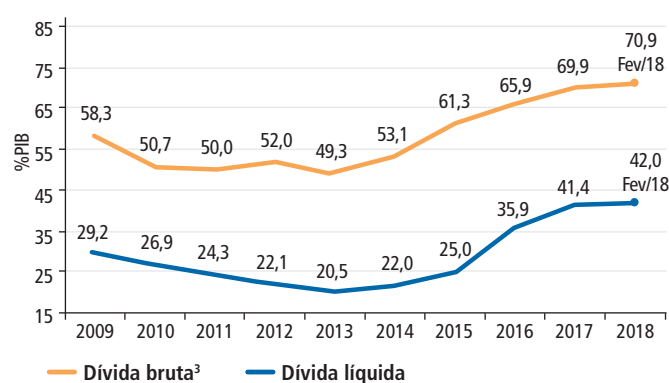
As projeções de receitas e despesas primárias não indicaram a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira para fins de cumprimento da meta de resultado primário prevista na LDO 2018. Apesar disso, o Poder Executivo optou por manter seus limites para empenho abaixo das respectivas dotações, indicando restrição da ordem de R\$ 19,1 bilhões.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2009 a fev/2018



Governo Federal - 2009 a fev/2018



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de março/2018 e Relatório Focus de 29/03/2018. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) aumentou 0,6 p.p. em relação a janeiro de 2018 e alcançou 75,1% do PIB (R\$ 4,9 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 51,6% do PIB (R\$ 3,4 trilhões) em fevereiro, e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,4% do PIB (R\$ 1,1 trilhão).

mento de aproximadamente 0,2 p.p. em relação ao mês anterior. Essa expansão de 0,2 p.p. na relação DLSP/PIB em fevereiro de 2018 decorreu do efeito da desvalorização cambial de 1,0% no mês (redução de 0,4 p.p.), da apropriação de juros nominais (aumento de 0,4 p.p.), do déficit primário (aumento de 0,3 p.p.), e do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,2 p.p.).

Os resultados fiscais deficitários do mês de fevereiro, comentados nos itens A a C, contribuíram para a tendência de alta do endividamento público. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de fevereiro, a DBGG deve alcançar 75,0% do PIB ao final de 2018.

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto aumentou 0,4 p.p. em fevereiro de 2018 frente ao mês anterior e alcançou 70,9% do PIB (R\$ 4,7 trilhões). A dívida líquida federal cresceu 0,1 p.p. no período e registrou 42,0% do PIB (R\$ 2,8 trilhões).

A dívida líquida do setor público (DLSP) totalizou R\$ 3,4 trilhões (52,0% do PIB) em fevereiro, com incre-

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D’Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Dayson Pereira, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal